



O diálogo potente no jornalismo: pensando a interatividade em seu viés pedagógico

Freire-Bezerra, Juliana

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

juliana_freire6@hotmail.com

Forma de citar este artículo:

Freire-Bezerra, J. (2020). "O diálogo potente no jornalismo: pensando a interatividade em seu viés pedagógico", *RAEIC, Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, vol. 7, núm. 13, 99-117.

<https://doi.org/10.24137/raeic.7.13.5>

Resumo:

O artigo lança e visa fundamentar teoricamente a hipótese de um diálogo potente entre jornalistas e público nas sociedades interativas. Entendendo o jornalismo como forma de conhecimento, argumenta-se que as opções de uso da interatividade por esses dois atores na contemporaneidade podem alterar significativamente não só o modo de feitura do jornalismo, mas também o conhecimento por ele produzido, gerando a ideia de uma educação informal emancipadora. Ancorando-se nas bases teóricas do conceito de práxis, diálogo e neutralidade do pedagogo brasileiro Paulo Freire, entende-se que a interatividade pode ser utilizada com fins pedagógicos no jornalismo.

Palavras chave: interatividade, diálogo, práxis, neutralidade, conhecimento jornalístico.

Abstract:

The article launches and aims to theoretically support the hypothesis of a powerful dialogue between journalists and the public in interactive societies. Understanding journalism as a form of knowledge, it is argued that the options for the use of interactivity by these two actors in contemporary times can significantly alter not only the way journalism is made, but also the knowledge it produces, generating the idea of an education. informal emancipating. Anchoring the theoretical basis of the concept of praxis, dialogue and neutrality of the Brazilian pedagogue Paulo Freire, it is understood that interactivity can be used for pedagogical purposes in journalism.

Keywords: interactivity, dialogue, praxis, neutrality, journalistic knowledge.

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo é em grande medida construído pelo método dialógico. A pergunta é sua essência e a entrevista sua técnica mais consolidada. Ouvir o outro (as fontes) para entender a realidade e reportá-la é, portanto, uma das práticas de investigação centrais na profissão para gerar o conhecimento noticioso. Nas sociedades interativas, no entanto, esta prática ganha ainda mais importância e implica em alterações nas rotinas de produção jornalísticas. É que, no cenário atual, o público, com quem os jornalistas sempre dialogaram imaginariamente na hora da escrita da notícia, passa a ser conhecido de forma não apenas presumida¹ (VIZEU, 2005), mas também concreta e diretamente. Vizeu e Mesquita (2014) explicam que isso se dá porque, com o acesso às tecnologias da informação associadas ao uso da internet, o público da Web 2.0² passa a fazer parte da rede de comunicação social a que o jornalismo sempre pertenceu. Num diálogo então

¹ De acordo com Vizeu (2005), os jornalistas elaboram seus textos a partir de uma ideia de audiência que possui presumidamente. O autor ressalta que geralmente esta ideia que o jornalista tem do seu público não é formulada a partir de dados concretos, ainda que pesquisas sobre audiência ou quantificações realizadas por meio de tecnologias sejam cada vez mais presentes nas redações. É a partir então da sua própria visão de mundo que o jornalista comumente imagina seu público.

² Web 2.0 designa a segunda geração da World Wide Web (www), em que o usuário passa a ter possibilidades digitais de ser não apenas leitor, mas também produtor de conteúdos na internet.

mais horizontal estes dois interlocutores passam a se afetar mutuamente de forma bem mais intensa, do que quando, por exemplo, restava ao leitor poucas opções para interagir com jornalistas, como ligar para a redação para reclamar de algo. Em outras palavras, a possibilidade atual que qualquer cidadão desfruta de produzir conteúdo nas redes online permite que sua reclamação, outrora individual, possa ser reforçada por outras pessoas instantaneamente na web, impactando diretamente o modo como o jornalismo é feito. Tal empoderamento da voz e da ação desse público- que não só vigia o fazer jornalístico, mas também o pauta e produz informações iniciais sobre os acontecimentos- Vizeu e Mesquita (2014) denominaram de audiência potente³. Potente porque o público ganhou força na rede de comunicação online de todos para todos para produzir e difundir informações em dimensão social, tal qual o jornalismo. Potente pela potencialidade que detém na contemporaneidade para agir de forma mais ativa na construção do conhecimento cotidiano acerca da realidade presente, com a qual o jornalismo trabalha. Potente também porque com o uso de sua potencialidade vem alterando a forma de se fazer jornalismo (VIZEU e MESQUITA, 2014). Disto, podemos pensar, por extensão, na interatividade como a possibilidade de um diálogo potente entre jornalistas e públicos na construção de conhecimentos mais problematizadores e transformadores da realidade cotidiana. Diálogo este que sempre foi método do fazer jornalístico, mas que ganha relevância na sociedade contemporânea, tendo a potencialidade de contribuir para o aumento da consciência crítica e cidadã de toda uma sociedade. Por esse viés, compartilhamos de ideia similar a de Primo (2000) em que a interatividade⁴ é vista como uma interação mútua, dialogada, entre homem-homem, só que mediada pela máquina, num processo em que emissor e receptor intercalam estas funções na troca de informações e conhecimentos. No jornalismo, este entendimento da interatividade como diálogo nos aproxima da ideia de construção colaborativa do

³ Neste trabalho, as palavras audiência e público são entendidas como sinônimas e fazem referência ao grupo heterogêneo formado por homens e mulheres que leem, assistem e/ou ouvem os meios jornalísticos de divulgação de informações.

⁴ Para Primo (2010) há uma diferença entre interatividade e interação reativa. Esta última não se configura como interação mútua e dialogada, mas como uma possibilidade de interação que as empresas oferecem ao público para apenas reagir a estímulos previamente pensados por elas, a exemplo dos hiperlinks nos textos online.

conhecimento e da dimensão pedagógica da profissão. É então a partir desta perspectiva e embasada nos conceitos de diálogo, práxis e neutralidade do pedagogo Paulo Freire que a hipótese do diálogo potente para uma educação informal emancipadora promovida pelo jornalismo vem sendo fundamentada neste estudo.

2. PERTINÊNCIA DAS IDEIAS DE PAULO FREIRE AOS ESTUDOS EM JORNALISMO

Não é apenas a Educação que se beneficia das contribuições teóricas do pedagogo brasileiro Paulo Freire. Pesquisadores de disciplinas diversas, como Linguística, Filosofia e até Matemática já utilizaram como referência o autor (MEDITSCH e FARACO, 2003). Em levantamento⁵ realizado em 2016 no Google Scholar, ferramenta de pesquisa para literatura acadêmica, *Pedagogia do Oprimido*, escrita por Paulo Freire em 1968, foi apontada como a terceira obra acadêmica mais citada do mundo em universidades da área de humanas. Na Comunicação, foram os estudos de comunicação popular, educação para a mídia e recepção que mais fizeram uso do pensamento freiriano (Meditsch e Faraco, 2003). Afunilando para o Jornalismo, no entanto, visualiza-se que o contrário ocorre. Poucos são os pesquisadores que enxergam nas ideias de Freire um norte para se compreender o jornalismo. Meditsch (2016) explica que isso se dá, dentre outros motivos, pela dissociação entre teoria e prática- uma tradição histórica- nos estudos brasileiros da área.

Apesar disso, a perspectiva freiriana parece bastante oportuna para se pensar diversas questões que envolvem o jornalismo, como a sua dimensão pedagógica- sobre a qual falaremos no próximo tópico. Lima (2001) e Meditsch (2016), assim como argumentamos neste estudo, afirmam por exemplo que o conceito freiriano de diálogo é pertinente para pensarmos a relação entre jornalismo e sociedades interativas. Vizeu, Rocha e Mesquita (2010), por sua vez, complementam esta compreensão ao afirmar que, dentre as mudanças tecnológicas que afetam o jornalismo, a maior delas é a possibilidade de construção colaborativa do conhecimento noticioso, levando os cidadãos a serem co-produtores deste processo. É por este caminho que este artigo

⁵ Esse levantamento foi liderado por Elliot Green, professor associado da London School of Economics.

segue na tentativa de fundamentar a hipótese do diálogo potente entre jornalistas e público na busca pela construção de um conhecimento libertador.

2.1. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO JORNALISMO

De acordo com Vizeu (2005), o jornalismo possui múltiplas funções ao buscar tornar compreensível a complexidade do mundo contemporâneo. Mas, para este estudo, destacamos apenas uma, sua função pedagógica. Cerqueira (2018) afirma que esta função está muito atrelada ao modo como os jornalistas encaram a prática profissional. Concretamente isto pode ser visualizado na busca deles por tornarem a sua fala tanto mais clara quanto possível, por usarem recursos tecnológicos com fins didáticos, como infográficos e mapas, ou por selecionarem as palavras mais utilizadas no cotidiano da população, em detrimento das rebuscadas, para interpretar a realidade (Cerqueira, 2018). A função pedagógica do jornalismo, para Cerqueira (2018), aparece assim como a função pedagógica que os jornalistas exercem, por possuírem uma preocupação didática em relação ao modo como noticiam o mundo para o seu público, internalizada muitas vezes de forma inconsciente (Cerqueira, 2018). Vizeu (2005) indica que esta preocupação com o didatismo em alguns casos também pode provir dos manuais de redação. Ao reproduzir parte do manual de telejornalismo de 1986 da rede Globo em sua pesquisa, Vizeu (2005) exhibe como as recomendações didáticas são feitas aos jornalistas da empresa, estimulando-os inclusive a assumirem tom *professoral* em suas matérias.

Um dos grandes desafios do telejornalismo é a ‘tradução’ de informações técnicas, a apresentação de pacotes econômicos, a decifração de termos financeiros, etc. Tanto o repórter – na hora de colher as informações – como o redator, na hora de escrever o off, a cabeça da matéria deve ser humilde o suficiente para perguntar, pesquisar e simplificar (...) É preferível sermos tachados de professorais por uma elite de escolarização a não sermos entendidos por uma massa enorme de telespectadores comuns” (Manual da Globo de Telejornalismo, 1986, apud Vizeu, 2005, p.8).

Para ampliar esta questão, é importante, porém, indagar-se sobre que pedagogia o jornalismo anda promovendo e a favor de quem. Indo por este caminho, Freire (2011) argumenta que nenhum modelo educativo, seja formal ou informal, é neutro e; mesmo os que se qualificam assim, na verdade, têm um lado. Neste último caso, o lado é o do *status quo*, onde permanece o interesse de deixar tudo como estar: o poder não mão das elites, o sofrimento nas camadas populares. A educação emancipadora pensada por Freire (2011) percorre então a contramão da que se nega a afirmar sua visão política. Ela é assumidamente progressista no sentido de querer formar sujeitos conscientes de que podem ser mais, de que podem agir sobre o mundo e transformá-lo pela práxis.

Disto, compreende-se também que, embora o jornalismo objetive ser visto como imparcial pela sociedade, não o é. Ele sofre pressões diversas de atores do mercado, da política e da sociedade civil. É também um negócio e age de acordo, muitas vezes, conforme os interesses de quem o patrocina (Lippmann, 2009). Assim, os jornais não só informam. Também promovem entretenimento e publicidade para gerar receita. Mas há na profissão, segundo Genro Filho (1987), uma potencialidade revolucionária que ultrapassa os imperativos capitalistas que a condicionam. Possibilidade que permite ao jornalismo não só orientar a vida em sociedade (Park, 1940), para que as pessoas se adaptem a ela, mas também estimular a transformação, tal qual a educação emancipadora pensada por Freire (2011), por meio do conhecimento crítico que pode gerar. Ou seja, segundo Genro Filho (1987), assim como pode servir, por um viés positivista, para adaptar o homem à sociedade capitalista em que está inserido, como instrumento de manutenção do *status quo*, o jornalismo também pode ser compreendido em sua perspectiva transformadora, política, histórica, criativa, em suma, humana, como mediador das relações sociais para a construção de um conhecimento coletivo emancipador, que colabore com a democratização social. Assim como na educação formal, portanto, o que definirá se a pedagogia desempenhada pelo jornalismo será emancipadora ou não é o seu compromisso ou não com a humanidade na busca por fomentar modelos mais dignos e justos de existência, de estar no mundo.

Neste sentido, Genro Filho (1987) defende que até mesmo no jornalismo hegemônico brechas podem ser encontradas para a construção de conhecimentos mais

emancipadores. Quando investiga, vigia, indaga, problematiza e denuncia com responsabilidade e muita apuração, o jornalismo é feito com qualidade. Este trabalho, contudo, pode ser ainda melhor se se utiliza da interatividade para se aproximar dos anseios e problemas da população a fim de gerar junto com ela conhecimentos jornalísticos mais transformadores. É visualizando questões como estas que pensamos a importância pedagógica da disposição para o diálogo na profissão.

O jornal Diário de Pernambuco, no Recife, é um dos que se destaca nesta busca por se aproximar do público. Já em 2007 lançou o projeto Fórum Cidadão Repórter, que se configura como um espaço colaborativo de discussão sobre cidadania, transporte, trânsito, etc. e por onde o público pode enviar fotos e vídeos. Dando continuidade a este processo, em 2013, o Diário de Pernambuco criou uma editoria chamada Redes Sociais, para não só divulgar produtos e conteúdos enviados pela população, mas também ouvir o que as pessoas estavam demandando como notícias nestes espaços (Mesquita, 2014). O jornal Zero Hora, no Rio Grande do Sul, também possui uma equipe de Redes Sociais na redação, mas estar atento às demandas da audiência é apenas uma das funções deste setor do jornal, segundo Sabrina Passos, que foi gerente de produto digital na empresa até dezembro de 2018. Em entrevista concedida a nós em janeiro de 2019, a jornalista afirma que a quantidade de comentários nas matérias e via aplicativo de mensagens no celular feitos pelo público diariamente é muito alta, chegando a centenas no último caso. Mas o uso deste material ainda é realizado muito timidamente pois, dentre outras razões, não há profissionais nas redações destinados exclusivamente para tanto. Explicando como funciona o diálogo com o público, a partir da organização do jornal, ela afirma:

O tratamento da informação depende da necessidade do usuário: se é uma sugestão de pauta, vai para a redação; se é um problema no acesso ao site ou no recebimento do jornal, vai para o setor responsável. No Facebook Messenger, há um bot que já encaminha o usuário, dependendo da necessidade dele. Mas os contatos são ainda tradicionais- pelo telefone e até por carta (Passos, 2019).

Internacionalmente, porém, existem empresas jornalísticas que avançam num diálogo mais ativo com a audiência por meio da abertura de canais interativos. É o caso da La Vanguardia, em Barcelona, jornal que possui uma editoria de participação, onde o público é convidado a escrever em diferentes gêneros textuais (crônicas, contos, etc.) e enviar fotografias, desenhos, sugestões de pautas, reclamações, correções de matérias, para serem publicados no jornal (Mesquita, 2014). O intuito é incentivá-lo a externar publicamente diferentes olhares sobre suas realidades e a participar mais ativamente da construção do jornal, o que gera um contrato não só de leitura com este, mas também de diálogo.

Outra estratégia adotada pelo La Vanguardia, embora não incorporada ao espaço de Participação, foi envolver a audiência na produção do e-book “Bajo la sábana”, uma produção feita por 160 seguidores do jornal no Facebook, junto com o escritor espanhol Quim Monzó, que é blogueiro do La Vanguardia. A obra sobre a misteriosa morte de uma mulher foi criada em sete dias, editada no ano de 2011 pelos ‘Ebooks de Vanguardia’, e está disponível de forma gratuita, podendo ser descarregada nos formatos Kindle, ePub e PDF (Mesquita, 2014, p.170).

É, portanto, a partir de iniciativas como estas- umas mais tímidas, outras mais ativas- que argumenta-se aqui a necessidade de se pensar a dimensão pedagógica do jornalismo, por uma perspectiva menos transmissiva, visto que as possibilidades de construção colaborativa do seu conhecimento sobre a realidade presente são mais pulsantes com o uso popularizado das tecnologias digitais e já vêm demandando das empresas jornalísticas uma postura de diálogo inédita com a sociedade. Diálogo que neste estudo é entendido como caminho para se chegar a todo conhecimento de autoprodução humana (Freire, 2011), inclusive o do jornalismo.

2.2. TRANSPONDO AS IDEIAS DE DIÁLOGO E PRÁXIS FREIRIANAS PARA O JORNALISMO

Quando Paulo Freire fundamenta as bases de sua metodologia para uma educação libertadora⁶ no Brasil no findar da década de 1950, a forma de se fazer pedagogia para as camadas populares é repensada. Até então vigorava apenas o processo transmissivo de ensino e aprendizagem, a que Freire (2011) chamou de educação bancária⁷. Esse processo educacional, segundo ele, impossibilitava os educandos de ultrapassarem o saber ingênuo⁸ para chegar ao crítico⁹. Isso porque, embasava-se na transmissão de conteúdos teóricos por parte dos professores sem a devida ressignificação daquele saber à realidade vivida pelos educandos. Para Freire (2011), esse modelo de educação, que estimulava o protagonismo do educador como o único conhecedor da verdade, silenciava a curiosidade e a criatividade dos educandos para pensar o mundo em que viviam. Impedia-nos de ler com clareza o mundo vivido e, por conseguinte, o das palavras. Provocava pelo decorar das ideias do educador apenas a oportunidade de se adaptarem ao mundo, não de pensarem criticamente sobre ele, e, por conseguinte, mudá-lo. Resultado: a educação bancária, ancorada na abstração das ideias, não conduzia os educandos a compreenderem que grande parte dos problemas vivenciados por eles no cotidiano eram de ordem social e política, ou seja, passíveis de serem mudados com o uso crítico do conhecimento.

Para combater então esta formação acrítica sobre o conhecer e o agir no mundo, Freire (2011) buscou no método dialógico e no conceito de práxis as bases de sua metodologia.

⁶ Este termo, muito utilizado por Freire como sinônimo de emancipação, provém da ideia de fomentar uma educação para as camadas populares que as possibilitem sair de condições opressivas, por meio da luta coletiva, do agir político.

⁷ O termo educação bancária é uma alusão realizada por Freire ao depósito bancário, por se realizar por meio da transmissão de conteúdos teóricos, como se os educandos fossem caixas vazias a receberem depósitos de conhecimento dos professores, tal qual se executa nos bancos em relação à transferência em máquinas vazias de pacotes de dinheiro.

⁸ Saber ingênuo, para Freire, é o conhecimento que fica na esfera da abstração, sem ser correlacionado com a realidade e, portanto, sem a possibilidade de usado na prática para a transformação da realidade. Ele gera assim no homem a adaptação ao meio.

⁹ Saber crítico faz referência ao conhecimento enquanto práxis. Conhecimento que parte da realidade, sobre ela reflete de forma crítica e distanciada e a ela volta em forma de ação. Este conhecimento, para Freire, possibilita que os educandos se reconheçam como sujeitos históricos capazes de modificar o mundo, pois podem aplicar o conhecimento que possuem para alterar sua realidade.

O método remonta à educação socrática¹⁰ de ensino e aprendizagem, mas com o diferencial de ter a realidade vivida pelas camadas populares como cerne do diálogo. O conceito de práxis embasa esta metodologia educacional por entender que a realidade deve ser a origem e o destino do conhecimento, o ponto de partida que indica por onde a reflexão abstrata deve caminhar e para onde deve voltar, para se permutar em prática. Para tanto, Freire (2011) formulou como umas das técnicas didáticas deste método dialógico para a reflexão sobre a realidade concreta, a busca pelos problemas geradores. Esta técnica consiste em ouvir dos educandos nos primeiros dias de aula quais assuntos mais lhes afetam na localidade onde vivem, para, a partir disto, os professores organizarem de que forma poderiam relacionar o conteúdo programático universal (português, matemática, ciências) aos saberes e angústias locais. A técnica da busca por problemas geradores fomenta, assim, o tripé ação-reflexão-ação que compõe o método dialógico pensando por Freire (2011). Esta forma de pensar a educação ancorada na práxis é crucial para a emancipação da situação de coisificação a que as camadas populares muitas vezes se encontram. Para Freire (2011), ação sem reflexão, não gera práticas efetivas e realmente transformadoras, e reflexão sem ação, não possui serventia. Afinal, de que adianta o conhecimento, se não é aplicado para melhorar a realidade? Por este viés, na metodologia freiriana, não era o aprendizado do saber abstrato que importava, mas a aplicação da reflexão à realidade vivida pelos educandos para a transformação do mundo.

Pensando o jornalismo como forma de conhecimento que tem na realidade social também o seu lugar de mediação do debate coletivo, visualizamos a importância das contribuições freirianas para se pensar a profissão também em seu viés libertador, como possível mediador de um conhecimento crítico sobre o mundo. Isso se explica porque é tarefa do jornalismo construir explicações sobre eventos reais que de fato ocorrem no mundo e que afetam uma coletividade de pessoas. Em outras palavras, o jornalismo

¹⁰ Sócrates, nos anos 400 a.C., legitimou o diálogo como método pedagógico de desvelamento do saber cabal das coisas, por meio de perguntas destinadas aos seus discípulos. O método consistia em que eles as respondessem com o intuito não de encontrar uma resposta apressada para explicar as coisas, mas de desnudar as contradições que permeavam o objeto em relação ao seu contexto, fomentando uma maneira de pensar mais crítica e mais próxima da verdade possível sobre o mundo.

trata sobre algo que de fato ocorreu¹¹. Um político notório precisa dar uma declaração, um avião precisa realmente cair ou um desastre ambiental ocorrer para virar notícia (Lippmann, 2009). Na ordem do discurso, Gomes (2009) explica que a relação do jornalismo com o real se dá porque seu trabalho visa produzir narrativas explicativas sobre o mundo, que tem na materialidade do fato que ocorre a objetividade necessária para mediar a reflexão da sociedade (Freire, 2011).

Desta forma, o modo de processamento do conhecimento gerado pelo jornalismo, assim como a educação freiriana, parte do mundo vivido por uma coletividade, ou seja, um mundo cultural, histórico, político. Possui, portanto, como problema gerador a própria realidade. E, na busca por conhecê-la, sobre esse reflete intersubjetivamente por meio do diálogo entre jornalistas, fontes e público, e a ele volta em forma de ação. Só que, diferenciando-se em certa medida da socialização educativa, a socialização jornalística pelo alto poder de alcance que possui e por tratar de uma realidade especificamente atual e comum a um vasto número de pessoas- e não a número restrito de educandos numa sala de aula- gera como ação o que Donsbach (2013) chama de realidade compartilhada¹².

Quando, então, a realidade construída colaborativamente por jornalistas, fontes e público, é compartilhada, o processo de ação-reflexão-ação ganha alcance social e todos numa determinada cultura pode refletir e agir sobre ela. Por esta razão verifica-se que a natureza jornalística é dialógica, e, ainda que em muitos casos esse diálogo não se consolide de forma efetiva nas redações, tem a potencialidade atualmente de ganhar força. Além disso, em certa medida- mesmo com limitações¹³ de várias ordens- a

¹¹ O que ainda não ocorreu dificilmente virará notícia, a não ser que haja algum indício objetivo que algo de fato possa acontecer. Lippmann (2009) esclarece isto ao dar como exemplo o jornalista que, se antecipando ao acontecimento, constroi uma matéria relatando que determinado prédio inclinado pode cair.

¹² Esta faz menção à realidade selecionada e tornada notícia a que uma coletividade de pessoas acessam em comum, mesmo configurando um grupo heterogêneo e não estando geograficamente próximas umas das outras e dos acontecimentos.

¹³ Dentre as várias limitações que a práxis jornalística está sujeita, a da instantaneidade temporal solicitada entre o surgimento do acontecimento e a publicação da notícia parece ser a mais grave para se pensar a geração de um conhecimento crítico, reflexivo, dialogado e emancipador. Talvez o jornalismo contra-hegemônico por lidar com a questão do tempo de forma diferenciada, pois não privilegia o furo e

natureza jornalística é também praxiológica. A partir deste entendimento, visualiza-se no jornalismo a possibilidade de gerar conhecimentos mais emancipadores sobre o mundo, que rompa o senso comum e estremeça o *status quo*, tal qual a educação libertadora. Conhecimentos que permitam a ultrapassagem do saber ingênuo-adaptativo para o crítico-transformador. Conhecimentos que quanto mais construídos de forma dialogada, pela possibilidade de escuta e fala entre jornalistas e público, mais podem impulsionar transformações na realidade com vistas à democratização social. Por esta perspectiva, o jornalismo seria tão mais emancipador, quanto menos transmissivo, vertical e distante do outro com quem estabelece diálogo.

3. O DIÁLOGO POTENTE NO JORNALISMO

É certo que o diálogo desde os primórdios da atividade jornalística se faz presente como método profissional para a construção dos conhecimentos noticiados. É que, como já afirmamos acima, o diálogo se configura, de maneira geral, como método de busca de todo conhecimento de autoprodução humana (Freire, 2011), inclusive o do jornalismo, pensando-o em sua perspectiva emancipadora. Além disso, aquele se materializa de maneira específica na atividade jornalística, tornando o jornal um mediador, “o que não implica apenas uma função social, mas uma reciprocidade de relações entre jornalista, periódico e leitor” (Genro Filho, 1987, p.5). O estar em diálogo é, portanto, uma constante da profissão, um ciclo ininterrupto, é sua essência do início ao “novo início” do processo jornalístico, desde a escolha da pauta, passando pela apuração dos fatos e concretização do discurso a ser publicado, até a inflamação do debate social cotidiano, que influenciará a geração de outras pautas. Em suma, o jornalismo é diálogo porque visa acompanhar o dinamismo dialógico-discursivo do mundo presente de seus leitores.

Há quem possa argumentar, contudo, que esse diálogo no jornalismo não se desenvolve da mesma forma que o verificado na comunicação humana, em que ocorre uma troca mútua de informações face a face, ou que o jornalismo gera apenas um simulacro do diálogo com a sociedade, pois a esta é ofertado mais poder de escuta do que de fala na

a competição, haja vista que produz conteúdos jornalísticos com perspectivas diferenciadas da mídia hegemônica, possa se configurar como caminho para se pensar um jeito dialógico de se fazer jornalismo.

construção da notícia ou de reação, ao invés de ação. De fato, o jornalismo antes da web 2.0 se configurava de maneira muito vertical e transmissiva. Com exceção do rádio, em que os ouvintes participavam mais ativamente do universo jornalístico e do debate público comentando as notícias ou pautando jornalistas por meio de reclamações sobre a sua localidade, os cidadãos só eram ouvidos se procurassem os veículos jornalísticos individualmente, interessassem como fontes de algum acontecimento ou ganhassem espaço na Carta dos Leitores.

Mas na contemporaneidade, as possibilidades tecnológicas associadas ao espaço da internet e à capacidade digital da população mudou este quadro. Atualmente, muito do jornalismo é co-criado pelo público, sendo este muitas vezes procurado pelas redações, porque fez um registro exclusivo de uma enchente, por exemplo, pois estava na hora e local exatos do acontecimento, ou porque publicou em seu blog ou rede social uma declaração inédita sobre um caso importante para a sociedade. O fato de possuir um *smartphone* na mão e conexão com internet faz, assim, de qualquer cidadão um possível co-criador de notícias jornalísticas.

Sistematizando essas novas práticas sociais, Mesquita e Vizeu (2014) afirmam que esse público, a quem chama de audiência potente, possui capacidade de propagação de informações, de ação e de transformação. A primeira diz respeito às possibilidades tecnológicas e aptidões que os sujeitos possuem atualmente para compartilhar e difundir informações, não necessariamente jornalísticas. A segunda à capacidade de produção de conteúdos, seja em formato de vídeo, foto, áudio ou escrito, como registros de acontecimentos atuais, os mesmos com que os jornalistas trabalham. A terceira à possibilidade de alteração da relação entre jornalistas e audiência à medida que novas conjunturas sociais, econômicas, políticas e tecnológicas despontam. Tais alterações se configuram por vezes de forma tímida, como a adoção individual por parte de determinados jornalistas de práticas mais dialogadas de se fazer jornalismo; noutras, de forma mais ativa, como quando a própria empresa jornalística cria editorias e funções destinadas a dar mais oportunidade de fala aos cidadãos no processo de construção coletiva do conhecimento noticioso. Quando isto ocorre, o objetivo pode ser desde possibilitar múltiplos olhares sobre a realidade social- como realizado na editoria de

participação e no e-book do La Vanguardia (exemplo citado acima)- até garimpar sugestões de pauta de interesse público, corrigir matérias com erros de informação e solicitar registros iniciais a exemplo de fotografias e vídeos de determinados acontecimentos, como já fazem vários jornais no Brasil e no mundo.

Segundo Anderson, Bell e Shirk (2013), o cenário atual demanda mesmo da profissão esta postura de abertura para o diálogo com o público; o que não diminui a importância da profissão na construção de conhecimentos críveis sobre o mundo. Pelo contrário, demanda desta um trabalho ainda mais complexo de garimpo e investigação no universo simbólico da internet que possui fluxos de informações advindos por todos os lados. Por isso, o novo relacionamento entre os jornalistas e o público cada vez mais empoderado em fala e ação social merece atenção. Neste sentido, convém destacar que este diálogo, se realmente efetivo tem a possibilidade de estimular jornalistas e públicos a aprenderem juntos a quebrar tabus, sensos comuns, estereótipos; a construir conhecimento mais críticos e transformadores sobre o mundo, a partir da abertura ao entendimento do outro, bem como do sentimento nada piegas que é o comprometimento com a humanidade (Freire, 2011).

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a funda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia do amor: sadismo em quem domina, masoquismo dos dominados. Amor, não, porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor é comprometer-se com sua causa. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico (Freire, 2011, p.45).

Também a técnica de busca dos jornalistas por problemas geradores (ou pautas-geradoras), em que o público é quem sugere assuntos de pertinência social para serem noticiados nos jornais ocorre desde o início do jornalismo informativo, mas hoje é catalisado pelas redes de conversações online e retroalimenta o processo dialógico

entre os dois atores. Tal processo se configura assim como pedagógico não só para o público, mas também para o jornalista, tal como ocorre entre educandos e educadores na educação emancipadora pensada por Freire (2011). Fundamenta-se, portanto, a potência do processo dialógico no jornalismo pela possibilidade que as novas práticas profissionais e sociais citadas neste estudo possuem de estimularem o conhecimento enquanto práxis, de forma a gerar não só a reflexão acerca da realidade compartilhada por toda uma sociedade, mas também a ação e o aumento da voz da luta a favor de transformações sociais. Ação esta possível de ser verificada concretamente em textos jornalísticos mais comprometidos com o interesse público e na consciência crítica de uma população cada vez mais engajada na busca pela democratização social, a partir da ação, reflexão, ação, que o jornalismo e outras formas de pedagogias informais e formais possibilitam. A potência do diálogo enquanto método e essência do jornalismo está, portanto, na sua capacidade de possibilitar a construção coletiva de conhecimentos transformadores e que incitam a cidadania de jornalistas e público. E o jornalismo parece alinhar-se ainda mais à sua natureza cidadã, quando dialoga e se aproxima da população que vive a realidade a que ele se refere. Assim pensamos num diálogo potente para um jornalismo mais emancipador.

4. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa teórica, utilizamos as ideias de Paulo Freire sobre diálogo, práxis e neutralidade para pensarmos a interatividade no jornalismo, sob um viés pedagógico. O intuito do trabalho foi fundamentar um conceito de diálogo potente entre jornalistas e público em sociedades interativas a partir da perspectiva freiriana. A ideia de potência dialógica no jornalismo foi gerada a partir do conceito de audiência potente formulado por Mesquita e Vizeu (2014). Para eles, em virtude do acesso às tecnologias da informação e uso da internet, este público passa a se relacionar de maneira mais ativa com o jornalismo, gerando alterações em suas rotinas produtivas. Dentre as alterações, destacamos a abertura para o diálogo que os jornalistas vêm assumindo diante das ações sociais do público. Este não só demanda a participação na co-criação da notícia, mas também passa a ser requisitado pelos jornalistas. O diálogo potente nasce então da força que este novo relacionamento entre jornalistas e público possui para estimular a

construção colaborativa do conhecimento jornalístico, tal qual pensado na educação emancipadora de Freire (2011). Partimos do pressuposto de que o jornalismo, assim como os outros conhecimentos de autoprodução humana, se constitui sob bases dialógicas. Isso porque, a curiosidade de conhecer algo leva à pergunta, e, por conseguinte, à investigação e ao outro que pode auxiliar neste processo de construção coletiva de formulação de um saber. Mas nas sociedades interativas, a dimensão dialógica do jornalismo ganha ainda mais potência, porque o outro não é só buscado quando pode ser fonte das notícias de forma pontual e esporádica. Ele passa a ser cada vez mais requisitado porque também tem capacidade de gerar e propagar um conhecimento informativo socialmente discutido e relevante- ação que antes só cabia aos grandes meios de comunicação social. Desta forma, os jornalistas enxergam no público uma capacidade de troca mais ativa e, por isso, se abrem ao diálogo. É sabido, contudo, que muitas iniciativas nos jornais se dizem interativas como estratégia de marketing, mesmo que só destinem espaços para comentários em notícias e redes sociais dos veículos, sem nada fazer com o conteúdo veiculado pelo público. Também possuímos ciência, que mesmo que lancem iniciativas dialógicas mais efetivas, em princípio, elas são comumente forjadas para geração de conteúdos noticiosos interessantes financeiramente e fomentadores de clicks e receita.

Ainda assim, acreditamos na potencialidade pedagógica deste diálogo mesmo em jornais regulados pela lógica do mercado porque a abertura para ouvir o outro é por si mesmo transformadora. Ela possibilita que os jornalistas se aproximem das perspectivas de vida de diferentes atores sociais e encurtem o trajeto que distancia às diversas realidades existentes no país. Permite enxergar no outro, os sonhos, contextos, sofrimentos deles. Diferentemente então de quando apenas presumia o público a quem destinava seus textos, a partir de seu próprio olhar do mundo, os jornalistas agora podem realmente conhecer seu interlocutor, a partir da perspectiva dele. Assim, o método dialógico no jornalismo estimula a maior humanização da prática profissional e, por consequência, o comprometimento desta com a democratização social. Como o jornalismo trabalha com a realidade e é uma forma de conhecimento, o conceito de diálogo combinado ao de práxis pensado por Freire (2011), parece oportuno para pensar

sua prática, em seu viés mais emancipador. Isso porque ele pode construir junto com o público uma realidade compartilhada mais enviesada para o lado de quem sofre privações sociais em detrimento de quem as promove. Isso é possível de ser feito até no jornalismo hegemônico, porque existem sempre brechas- apesar de condicionantes políticos e econômicos- para humanizar seu trabalho. Brechas que ecoam conhecimentos a favor da democratização social, porque, antes de tudo, quem faz jornalismo também pertence a mesma humanidade que noticia. A busca por estar junto, portanto, quando se trabalha com a realidade cotidiana da população, assim, tem a potencialidade de gerar mudanças no modo como jornalistas e público enxergam juntos o mundo. Este processo é autopedagógico para ambos, quebra tabus e estereótipos, gera conhecimentos mais humanizados, mais contextualizados, e críticos. A potencialidade do diálogo reside, portanto, na sua capacidade de gerar conhecimentos mais críticos e transformadores na autopedagogia do estar junto, refletindo sobre o mundo e agindo sobre ele (ação-reflexão-ação).

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, C., Bell, E. e Shirky, C. (2013). Jornalismo pós-industrial. *Revista de Jornalismo ESPM*, 2(5), 30-89.

Cerqueira, L. (2018). Saberes, Linguagem e Dispositivos didáticos: as dimensões da função pedagógica do telejornalismo. (Tese de Doutorado em Comunicação). UFPE, Recife.

Donsbach, W. (2013). Journalism as the new knowledge profession and consequences for journalism education. *Journalism*, 15(6), 661-677.

<https://doi.org/10.1177%2F1464884913491347>

Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido*. 50ª. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê.

Gomes, Wilson. (2009). *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis, Insular.

Lima, V. (2001). Comunicação e cultura no fim do século XX: a atualidade de Paulo Freire. Em: A. M. A. Freire (Org.). *A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire*. São Paulo: Editora da Unesp (pp.287-290).

Lippmann, W. (2009). *A opinião pública*. Petrópolis: Vozes.

Manual da Globo de Telejornalismo. (2005). Central Globo de Jornalismo. Rio de Janeiro. Em: A. Vizeu. *Os jornalistas e a audiência: a hipótese da audiência presumida* (pp.23-24). Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1591-1.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2018, às 18h

Meditich, E. (2016). Paulo Freire nas práticas emancipadoras da Comunicação: ainda hoje um método sub-utilizado no Brasil. *Revista Latino Americana de Comunicação*, 13(25), 450-462.

_____ ; Faraco, M. (2003). O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. *Revista brasileira de Ciências da Comunicação*, 26(1), 25-46.

Mesquita, G. (2014). *Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo*. (Tese de Doutorado em Comunicação). UFPE, Recife, 2014.

_____ ; Vizeu, A. (2014). A audiência potente e as novas relações no jornalismo. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, 11(2), 596-607.

Park, R. (1940). A Notícia como forma de Conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento. In: C. Berger (Org). *A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa Vol 2*. Porto Alegre: Editora Sulina.

Passos, S. (2019). Entrevista concedida via e-mail em 17 de janeiro de 2019.

Primo, A. (2000). Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. Porto Alegre, 12, 81-92.

Vizeu, A. (2005). Os jornalistas e a audiência: a hipótese da audiência presumida.

Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1591-1.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2018, às 18h.

Vizeu, A., Rocha, H., Mesquita, G. (2010). O Cidadão como Co-Produtor da Notícia:

Novos Desafios ao Jornalismo. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2794-1.pdf>. Acesso em 7 de janeiro de 2019, às 9:00.